



AS PRÁTICAS, O SOM E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NA RUA DA LAMA

Guilherme Badaró Drumond – guilhermebdrumond@hotmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Leticia Dias Fantinel – leticiafantinel@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo

A pesquisa objetivou compreender como o negociar das práticas nos bastidores de um evento musical entremeia a construção espacial e o estabelecimento de fronteiras reguladoras das práticas cotidianas na cidade via diferentes praticantes. Para responder os objetivos da pesquisa, foi realizado um estudo de natureza qualitativa que adotou entrevistas semiestruturadas, cujas transcrições foram organizadas conforme diferentes códigos. Somados, tais códigos apontaram para cinco práticas distintas, mas em constante negociação: o exhibir, o organizar, o regulamentar, o resistir e o mediar. Os achados provenientes do processo de análise ajudam a desvendar a produção do espaço em sua dimensão micropolítica, na medida em que práticas são negociadas e autorizadas pelos diferentes sujeitos, orientando as apropriações e usos do espaço da cidade.

Palavras-chave: cidade; espaço; fronteiras; negociar; práticas.

Palabras clave: ciudad; espacio; fronteras; negociar; practicas.

Keywords: borders; city; negotiate; practices; space.

1. Introdução

A cidade como tema de atenção à pesquisa vem se consolidando nos Estudos Organizacionais, gradativamente ocupando maior espaço e importância (Domingues, Fantinel e Figueiredo, 2019; Medeiros, Júnior e Ferreira, 2008; Nascimento et al., 2016; Ipiranga, 2010; Coimbra e Saraiva, 2014). Dentre múltiplas possibilidades, Saraiva (2019) identifica pelo menos três grandes eixos de problematização dos estudos sobre a urbe no campo: as territorialidades, com foco nas manifestações de diferenças e produção de disputas pelo espaço urbano; as sociabilidades, simbolismos e culturas, a partir das possibilidades simbólicas produzidas nas sociabilidades urbanas; a desigualdade social e segregação urbana, com discussões que partem de vivências de grupos marginalizados e da produção de periferias urbanas.

No centro das disputas sobre o conceito de cidade no campo, encontra-se o debate ontológico sobre organização e processos organizativos urbanos (Saraiva, 2019). Neste estudo, partimos de uma concepção processual do organizar, utilizando a lente da prática enquanto objeto empírico (Feldman; Orlikowski, 2011) na produção social do espaço (Beyes e Steyaert, 2012), alinhados ao segundo eixo temático apresentado no parágrafo anterior. Entendemos que a perspectiva adotada permite apreender as espacialidades enquanto experiências vividas (Taylor e Spicer, 2007) na vida organizada.

Compreendemos, assim, que a produção do espaço se dá de forma relacional, sendo, portanto, o espaço sempre social e a sociedade sempre espacial. Em seu cotidiano, os habitantes da cidade organizam e apropriam-se de espaços, os significam e reconstróem por meio de práticas que muitas vezes escapam do alcance da administração pública (Certeau, 1998). Nesse sentido, entendemos a cidade como produzida no encontro de múltiplos organizares, na dinâmica de forças de regulação e subversão, em que todos os atores “planejam a cidade, consciente e inconscientemente, uma vez que agem direta ou indiretamente no espaço e na dinâmica urbana” (Viegas, 2014, p. 5).

A cidade, então, articula-se tanto por meio de ações programadas e monitoradas pelo poder público quanto ao ser vivida, praticada e construída socialmente por seus habitantes através de astúcias e movimentos que “se compensam e se combinam fora do poder panóptico” (Certeau, 1998, p. 174). Produz-se a cidade nos esforços de aproximação com a cidade conceito regulada e higienizada quanto nas práticas de resistência que, por meio de golpes, reorganizam os espaços da cidade cotidianamente (Certeau, 1998).

Viver na cidade é estar imerso na gama de sons que compõem seu movimento. Os sons estão presentes nas relações individual e subjetiva dos indivíduos com o contexto sociocultural e material do espaço (Raimbault e Dubois, 2005) e carregam de sentido a percepção da cidade (Pistrick e Isnart, 2013). Da cidade, ressoa uma sonoridade própria, ininterrupta, contemplando uma miríade de sons interpostos e sobrepostos; os habitantes da cidade são tanto produtores como receptores dos seus sons, o que reforça a relevância da dimensão sonora para a compreensão do espaço urbano, dado que ela constitui e atribui sentido ao espaço (Casaleiro e Quintela, 2008; Garcia e Marra, 2012).

Ainda, os sons da cidade são constantemente objeto de regulação da administração pública. A cidade fruto do planejamento da administração funcionalista cria espaços com finalidades pré-determinadas, enquanto seus habitantes se deslocam desenhando trajetórias distintas, “um movimento temporal no espaço, isto é, a unidade de uma sucessão diacrônica de pontos percorridos” (Certeau, 1998, p. 98). Não somente volumes, espaços, materiais e formas que determinam a propagação do som no contexto urbano (Augoyard e Torgue, 2006), sendo possível descrever determinados espaços públicos através da percepção do limite entre diferentes fontes (localidades) sonoras existentes na cidade (como ao se deslocar de uma zona comercial para uma residencial).

Essas discussões nos despertaram para a problematização da produção espacial partindo das práticas de organização do som na cidade, entendendo-as como alvo de constantes disputas em contexto urbano. Para isso, selecionamos como lócus uma região boêmia da cidade de Vitória/ES, popularmente conhecida como Rua da Lama, espaço de lazer e sociabilidade que se encontra na confluência de processos organizativos engendrados pelo poder público, por empresários, pequenos comerciantes e vendedores ambulantes, por habitantes e frequentadores.

Nesse contexto, tomamos como ponto de partida para nossa análise as disputas envolvendo o projeto denominado “Som de Fogueira”, iniciado em 2014 pelo proprietário de um dos bares da Rua da Lama, que passou a movimentar a localidade nas noites das terças-feiras desde então. Todas as semanas, artistas se apresentavam no bar, e como o evento era gratuito e o estabelecimento não dispunham de muitas mesas na calçada, levando em conta que não tem espaço para clientes no seu interior, as pessoas se aglomeravam em frente ao bar para socializar, escutar música, consumir bebidas alcoólicas etc. Dado o movimento gerado pelo evento e pela quantidade de pessoas que acabava por reunir, a música alta e o barulho gerado pelos indivíduos

na rua, a sujeira produzida, o consumo de drogas por parte de algumas pessoas e até mesmo a dificuldade dos carros e moradores de circular pelo local suscitaram um incômodo em parte dos moradores que, representados pela associação de moradores do bairro, atuaram para que o projeto fosse descontinuado (Gazeta Online, 2019).

Partindo da popularidade alcançada pelo evento e visando promover a cena musical autoral capixaba, bem como oferecer entretenimento e estimular o consumo tanto do espaço como de produtos, o Projeto de Lei nº 5023/2018 que está em tramitação desde agosto de 2018 busca regulamentar eventos que acontecem na Rua da Lama e incluí-los no calendário oficial da cidade (G1 ES, 2019). Até o início da pandemia que marcou o ano de 2020, os eventos ocorriam de tal maneira: às terças-feiras no Som de Fogueira se apresentavam artistas que tocam MPB, rock, samba, xote e autorais; às quintas-feiras, no BOTASOM, o palco recebia artistas; aos sábados, performavam artistas de samba e rap (Gazeta Online, 2018). Ao todo, mais de 420 artistas subiram ao palco nesses anos e nunca foram registradas ocorrências policiais (A Gazeta, 2019).

O cenário descrito evidencia a produção social de espacialidades por meio de práticas organizativas que, tendo o som em sua centralidade, dão corpo e forma às relações sociais, marcando a reconstrução do espaço e a gestão da cidade (Augoyard e Torgue, 2006). Nesse contexto, respondemos ao convite de Munro e Jordan (2013) que, ao discutirem diferentes engrenagens que se articulam na produção do espaço, provocam a pensar sobre a centralidade do som nas práticas e construção de espaços organizacionais.

Diante do cenário de disputas descrito e da problematização teórica aqui apresentada, delineamos a questão de pesquisa a partir da seguinte pergunta: como o negociar das práticas nos bastidores de um evento musical entremeia a construção espacial e o estabelecimento de fronteiras reguladoras das práticas?

O presente trabalho dialoga com os estudos organizacionais sobre cidade sob a perspectiva das práticas, a qual tem ganhado evidência dentro dos Estudos Organizacionais, bem como outras áreas do saber. Ao partir de uma perspectiva material e simbólica da cidade, nos debruçamos sobre a dimensão política das práticas de Michel de Certeau (1998), destrinchando os discursos e práticas negociadoras de fronteiras, propondo também que a dimensão sonora se articula na organização e produção dos espaços da cidade. Desta maneira, contribuímos com o alargamento do campo de Estudos Organizacionais ao lançar um olhar sobre o discurso enquanto organizador de espaços, território de disputas que constrói e organiza o material, e sobre o caráter político das práticas, elemento esse caro à obra Certeuniana.

2. Referencial Teórico

A partir do século XIX o pensamento racionalista cartesiano assume predominância na vida urbana e na cidade, pautando o planejamento técnico-científico e atribuindo à cidade um status de sujeito universal (Certeau, 1998), detentora de uma imagem e intitulada cidade burguesa (Leite, 2017). A modernidade urbana é a modernidade racional e técnica, orientada por valores capitalistas, frutos do modelo de relação social intrínseco do capitalismo, e pelo cálculo das relações que, no olhar ampliado, abriu espaço para desigualdades e problemas graves, porém comuns às cidades em todo planeta (Leite, 2017). Teixeira et al. (2018) argumentam que as emoções entremeiam os processos de disputa pela cidade por parte de movimentos sociais que sustentam diferentes bandeiras defensoras de minorias ou pautas negligenciadas pelo sujeito universal – a cidade.

Michel de Certeau (1998), filósofo cuja teoria das práticas pavimenta o percurso da presente pesquisa, atribui à cidade caráter sempre instantâneo, mais ou menos estável ao longo do tempo, moldado pelas dinâmicas estabelecidas entre as práticas de quem o organiza e as práticas de quem o subverte. Ao argumentar sobre a cidade moderna, o autor afirma que o pensamento técnico-científico em que se apoiam os planos, planejamentos e estratégias para a cidade moderna se afasta do fato urbano, do cotidiano, da cidade vivida e praticada. Intitulada pelo autor como “utópica”, essa cidade idealizada no planejamento, ou conceito de cidade, não alcança a complexidade da cidade “real” – essa possui vida própria e acontece longe dos planejamentos, no micro. A cidade conceito moderna seria sustentada, nas palavras de Certeau (1998), por uma tríplice operação: seu planejamento antecipado, ou produção de um espaço próprio; precaver apropriações espaciais, ou o estabelecimento de um não-tempo; e a criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade.

Tais operações, segundo Certeau (1998), concatenam os esforços da gestão pública em eliminar quaisquer tipos de poluição, detrito, sujeira, tudo o que não for bem quisto, para manutenção de sua imagem frente a outras cidades, empresários e turistas, à partir de uma lógica higienista excludente e estabilizadora, mitigando as chances de apropriação de seu espaço pelo cidadão ordinário. Outrossim, atribui-se à administração pública a gestão dos sons urbanos, a mesma lógica afasta da cidade ruídos indesejados alegando contribuir para o bem-estar da população (Bild et al., 2016).

O olhar Certeauiano sobre espaço e cidade é um dentre tantos outros olhares pósestruturalistas, que mantém distância do pensamento racionalista cartesiano, adotando uma abordagem processual do espaço, de produção ou construção. Diferentemente das concepções que abordam o espaço enquanto distância ou relações de poder materializadas, aderimos à visão do espaço enquanto experiência, isto é, segundo Taylor e Spicer (2007), como produção social, simbólica e material, sempre situada no tempo e espaço. Partindo dessa perspectiva, a experiência de um espaço organizacional é mais balizada pelos aspectos subjetivos – símbolos, signos, significados, relações, memórias etc. – que por sua disposição e materialidade (Taylor e Spicer, 2007).

Nessa direção, Bevilacqua et al. (2018, p. 3) afirmam que “o espaço pode ser entendido como um processo onde as lógicas de transformação da sociedade são a base de sua constituição (...) só se torna possível alterar as relações sociais se também o espaço for alterado”. Ainda segundo os autores, os espaços organizacionais também são constituídos através das relações de poder, como apontam ao desvelarem as diferentes interpretações e significados dos espaços de um shopping center para diferentes grupos de pessoas.

Os sons permeiam o cotidiano da cidade em seus diferentes espaços – vozerio, conversas, passagem de carros, veículos de comunicação e ruídos vindos do caminhar das pessoas são exemplos de sons apreensíveis em centros urbanos. Como pontuam Augoyard e Torgue (2006), os habitantes da cidade são tanto produtores quanto receptores de seus sons em suas ações cotidianas. Sons atribuem sentido e são condição para a percepção da realidade, não podem ser separados de suas condições espaciais e temporais de propagação, e suas possíveis interpretações são balizadas pelas individualidades e subjetividades dos diferentes sujeitos (Raimbault e Dubois, 2005; Pistrick e Isnart, 2013).

Schafer (2001) denomina paisagem sonora o emaranhado de sons urbanos percebidos em sua totalidade, compreendendo aspectos culturais, costumes, tendências, falas, sotaques e

preferências musicais – é a manifestação acústica do lugar, carrega de significados lugares e sons (Westerkamp, 1974). Isto posto, a dimensão sonora da cidade reflete os modos de vida de uma sociedade, sua organização, história e cultura, demonstrando como o som é um objeto de estudo rico e vasto (Augoyard e Torgue, 2006). No entanto, os esforços empregados pela administração pública na gestão desses sons, assim como as demais diretrizes sobre o espaço público, como sublinha Certeau (1998), estão sempre sujeitos a processos de subversão por parte dos habitantes da cidade em seu cotidiano.

Partindo de Certeau (1988), a cidade real acontece além do domínio, controle e regulação do olhar panóptico, sendo no cotidiano de seus habitantes que práticas surgem, se proliferam e perpetuam à margem da regularidade. Impossíveis de gerir, tais astúcias que jogam com o espaço são denominadas táticas e vão na contramão dos esforços do poder público em mitigar as discrepâncias e incongruências da urbe. Segundo o autor, as táticas pertencem ao outro, cidadão ordinário, ausente de autonomia e poder sobre o espaço, refém do tempo para, nas brechas, efetivar seus movimentos no campo do inimigo. Na contramão das táticas estão as estratégias, pertencentes ao próprio, sujeito de poder com autonomia sobre o tempo. Estratégias são organizadoras de lugares e se opõem às táticas, são avessos sustentados por extremos (Certeau, 1998).

Estratégias permitem organizar lugares com antecedência, dispor seus elementos, delimitar usos, restringir possibilidades, planejá-lo de maneira geral, enquanto as táticas espacializam, metamorfoseiam o lugar em espaço, o inanimado é feito animado pelo praticar dos indivíduos. Tais motricidades não captáveis pela administração pública são responsáveis pela espacialização do lugar, habitantes da cidade apropriam-se do espaço através de práticas espaciais, resultando numa realização espacial do lugar (Certeau, 1998). De acordo com Certeau (1998), essa dinâmica entre estratégias e táticas nunca permite um vencedor, mas a todo tempo autoriza e desautoriza práticas nos espaços. As negociações das práticas cotidianas ou modos de fazer ocorrem nas fronteiras entre diferentes espaços, nem cá, nem lá, mas entre, são zonas onde transgressão, apropriação e subversão coexistem, onde a razão forte e fraco, próprio e outro, torna-se frágil assim como as regras (Certeau, 1998).

A demarcação das fronteiras ocorre também via discurso cotidiano, de modo que narrativas, histórias e relatos engendram lugares e igualmente autorizam condutas e práticas. Nas próprias palavras de Certeau (1998, p. 210) o relato “abre um teatro de legitimidade a ações efetivas. Cria um campo que autoriza práticas sociais arriscadas e contingentes [...] limites transportáveis e transportes de limites” (Certeau, 1998, p. 215). A exemplo disso, Lopes e Ipiranga (2017) argumenta a respeito da construção e organização do espaço da Praça dos Leões, em Fortaleza, CE, que assumiu diferentes significados ao longo do tempo, sustentado por uma rede de práticas igualmente mutante com o tempo. O negociar das práticas traça fronteiras que comportam diferentes malhas de práticas sobrepostas em tempos e espaços distintos (Lopes e Ipiranga, 2017).

As fronteiras então traçam as delimitações, mas também as rupturas, pois nelas se dão as pontes que abre portas ao externo, ao estranho, às negociações do espaço – relações de poder são estabelecidas (Mendes, Cavedon, 2015). Bezerra et al. (2019) coadunam com a questão ao trazerem à superfície os processos de resistência, ruptura e (re)apropriação espacial presentes numa organização artística na cidade de Fortaleza, CE, influenciando o organizar da cidade. Ao estudarem uma organização circense na cidade de Pelotas, RS, Oliveira e Cavedon (2015) demonstram como a dimensão política das emoções permeia os processos organizacionais da cidade, evidenciando aspectos como as subjetividades dos indivíduos, as relações de poder e o

contexto social da produção dos discursos. Aderentemente, Oliveira, Mendes e Lopes (2019) lançam luz sobre o caráter estético do discurso, ou seja, sua ligação com o contexto do qual é oriundo, não sendo possível isolá-lo das condições materiais, históricas e sociais que o circundam – do mesmo modo são as práticas para os sujeitos sociais.

Considerada a cidade uma produção sempre momentânea, moldada pelas práticas cotidianas de seus cidadãos, o discurso capitalista da cidade moderna alcança também suas organizações, e essas contra influenciam a conjuntura da cidade (Oliveira, Mendes e Lopes, 2019). Negociações e disputas indicam os pontos de inflexão dos tempos linear e cíclico no cotidiano da cidade, estabilizando malhas de práticas ao mesmo tempo em que o inimigo já insinua sua revanche, como afirmam Oliveira, Mendes e Lopes (2019). Ainda segundo os autores, “quanto maior a tentativa de integrar essas temporalidades mais as contradições entre elas se evidenciam” (Oliveira, Mendes e Lopes, 2019, p. 64).

3. Aspectos Metodológicos

Ante a natureza da pergunta tema e dos objetivos que guiam o presente trabalho, optamos pela realização de uma pesquisa de abordagem qualitativa na busca de captar fenômenos sociais, frutos do entrecruzamento entre dimensão material e social, e sustenta as interpretações através do contato com os informantes e o campo (Creswell, 2014; Minayo, 2007). Nesse sentido, a realidade social é entendida pelo seu dinamismo e efemeridade, o que implica na sua apreensão sempre parcial, um recorte situado no contexto espaciotemporal (Minayo, 2007). Ainda, compreendemos fenômenos sociais como contingenciais e moldados através do diálogo entre as múltiplas vozes existentes em dado contexto (Angrosino, 2007).

No contexto desta pesquisa, escolhemos a entrevista semiestruturada como técnica de produção de dados, dado que ela permite obter informações concernentes ao fenômeno estudado partindo das experiências de vida dos entrevistados e suas opiniões, captando assim nuances, áreas cinzentas e significados sob a superfície (Angrosino, 2007; Kvale, 2007). Destarte, entrevistas são ferramenta útil para pesquisas de caráter indutivo e possibilitam, através de perguntas descritivas ou exploratórias, ao entrevistador acessar motivações e significados internos das ações dos participantes.

No total, seis pessoas foram entrevistadas, sendo: dois membros da administração pública, um empresário local, um membro da Associação de Moradores de Jardim da Penha, e duas moradoras da região. O principal critério de escolha dos atores foi a relevância que possuem no contexto dos eventos musicais da Rua da Lama, contribuindo assim para a polifonia da pesquisa. No intuito de garantir o sigilo dos entrevistados, adotou-se o uso de letras para cada um deles, sendo: “X” e “G” para os membros da administração pública; “E” para o empresário local; “Q” para o membro da Associação de Moradores de Jardim da Penha; “B” e “S” para as duas moradoras da região.

Ainda, é importante acrescentar que documentos, tais como notícias em sites e o Projeto de Lei, também foram acessados de maneira complementar, servindo para um primeiro momento exploratório. Isto posto, elaboramos três roteiros de entrevista distintos, ainda que com algumas similaridades, utilizados de acordo com a posição ocupada pelos entrevistados no campo. Todos os três contaram apenas com perguntas abertas abordando aspectos relacionados à construção do espaço da Rua da Lama através das práticas, o que garantiu aos entrevistados maior liberdade na construção de uma linha de raciocínio própria, e permitiu que novas perguntas fossem feitas conforme o surgimento de novas informações ou caminhos relevantes. Assim, os entrevistados

foram questionados acerca de suas opiniões sobre os eventos, se já os haviam frequentado, sobre o som produzido por eles, sobre como enxergam as ações da administração pública e as alternativas possíveis para solucionar o impasse.

O acesso aos entrevistados foi realizado de diferentes maneiras: os atores da administração pública foram contatados via telefone através de suas equipes, o contato com o empresário foi feito via rede social, e os demais foram acessados via WhatsApp através da indicação de conhecidos em comum. As entrevistas foram marcadas segundo a disponibilidade dos participantes e a compatibilidade das agendas, tendo sido realizadas presencialmente entre outubro e novembro de 2019 em locais sugeridos pelos entrevistados – no ambiente de trabalho, no caso dos membros do poder público e empresário, e em locais públicos nas demais. A captação dos áudios foi feita através do gravador de voz de um notebook, tendo sua tela permanecido desligada durante todo o processo para não causar possíveis distrações no curso da entrevista. A média de duração de cada entrevista foi de cerca de trinta minutos.

Dispondo das gravações das entrevistas, as transcrições foram realizadas de maneira detalhada através do software Microsoft Word. Deste modo, durante a transcrição foram respeitados mesmo os aspectos não formais da língua portuguesa, as gírias e os vícios de linguagem – o que requereu mais tempo, porém manteve preservada a riqueza dos dados. Ao todo, foram investidas cerca de 18 horas no processo de transcrição.

Terminadas as transcrições, iniciamos o processo de análise pela codificação baseada em dados (Gibbs, 2009). Considerando os objetivos e o problema de pesquisa, o processo de codificação seguiu da seguinte maneira: primeiramente, todas as transcrições foram lidas e, durante o processo de leitura, destacamos delas os trechos considerados relevantes, denominados códigos descritivos; na sequência, os códigos descritivos extraídos foram categorizados de acordo com suas semelhanças; por fim, os códigos descritivos foram transpostos para uma planilha no software Microsoft Excel. A planilha visava a organizar os dados dos entrevistados, trechos das transcrições que mereceram algum destaque, bem como códigos elaborados a partir dos dados e posteriormente relacionados com a teoria.

O tratamento dos dados foi feito de forma a evitar categorias analíticas pré-estabelecidas na teoria, assim sendo possível uma exploração mais rica das transcrições ao levar-se em consideração aspectos que talvez passariam despercebidos se realizada uma codificação baseada em categorias teóricas (Gibbs, 2009). Deste modo, durante todo o processo novas leituras das transcrições foram realizadas para manter a fidedignidade às categorias nativas e interpretações produzidas pelos entrevistados. Conforme sugerido por Gibbs (2009), empregouse também a técnica de comparação constante através da análise de palavra, expressão ou sentença, que consistiu em buscar entender aspectos que não estavam na superfície, explorando em profundidade as transcrições e interpretando o significado das falas e expressões dos entrevistados minuciosamente, levando em consideração seus contextos.

Após o repetido esforço em estabelecer conexões entre dados e teoria, identificou-se que o espaço da Rua da Lama está sendo construído por meio do engendramento das práticas englobadas por cinco tipos (que dão nome às categorias analíticas exploradas): *exibir*, *organizar*, *regulamentar*, *resistir* e *mediar*. “*Exibir*” abrangeu práticas relacionadas à exposição da cultura local, música autoral e também fatores político-eleitorais; “*Organizar*” incluiu práticas ligadas à preparação, controle e monitoramento dos eventos e espaço público; “*Regulamentar*” abarcou práticas relacionadas à legalização do evento, melhoria de estrutura e

limitação de alguns pontos; “Resistir” abrangeu práticas ligadas à atuação dos diferentes atores em direção aos seus respectivos interesses frente às adversidades; e, finalmente, “Mediar” incluiu práticas relacionadas ao estabelecimento de diálogo entre as partes, concessões e equilíbrio.

4. Análise e Discussão dos Dados

A Rua da Lama, tradicional ponto turístico da cidade de Vitória, assumiu diferentes configurações ao longo do tempo desde seu “surgimento” (Drumond; Fantinel, 2015). Uma associação, porém, que se mantém é a da Rua da Lama com a universidade, dado que a proximidade física entre elas contribui para que o público universitário se mantenha historicamente fiel, ainda que mude ao longo do tempo, como aponta o entrevistado E ao afirmar que a Rua da Lama é cíclica e seu público se renova a cada seis meses, são “pessoas de dezoito anos, universidade, cheias de vontade de ouvir música, cheias de vontade de entender qual é a cultura local, cheias de vontade de tocar”. Historicamente a Lama é um espaço de disputas de interesses e de ações programadas, afinal ela se encontra no coração de um bairro nobre da cidade, habitado em grande parte por famílias abastadas que compartilham de interesses conflitantes com os demais inseridos nessa dinâmica, como frequentadores, empresários e poder público.

Nos últimos cinco anos, a Rua da Lama foi palco do Som de Fogueira, um evento musical organizado localmente nas noites de terça-feira, o mais popular dentre outros eventos realizados no local. O projeto partiu de uma comunhão entre o dono de um bar da região, artistas locais e público, ainda que ao longo do tempo outros sujeitos tenham se inserido, ou foram inseridos, nas dinâmicas e negociações envolvendo o espaço da Rua da Lama. Como afirma o entrevistado E, o projeto tinha como proposta promover a música autoral capixaba e os músicos locais, oferecendo entretenimento de qualidade gratuito para o público da Rua da Lama.

No início, em 2014, os eventos eram realizados na calçada de um dos bares da região, porém o ganho de proporção e o crescente movimento gerado ao longo dos anos contribuíram para que o Som de Fogueira fosse contemplado com um edital da Prefeitura em 2018, quando um palco passou a ser montado em frente aos bares nas noites do evento e a rua a ser fechada com cones, impedindo a passagem de carros, segundo fala do entrevistado X. Além das terças-feiras, o Projeto de Lei (PL) nº 5023/2018 previa a inclusão também das quintas-feiras e sábados no calendário oficial da cidade de Vitória, haja vista que outros eventos musicais como o Rap na Lama e Samba na Lama também acontecem no local, atraindo uma grande quantidade de pessoas.

Como dito, outros sujeitos adentraram o campo das negociações sobre o espaço da Rua da Lama, evidenciando o caráter plural do espaço, atravessado por diferentes narrativas e marcado pela falta de consenso até mesmo entre os “iguais”, como no caso da própria administração pública, segundo o entrevistado X. Ao longo das entrevistas, os entrevistados mencionaram outros sujeitos e órgãos públicos que estiveram envolvidos nas negociações acerca da realização dos eventos musicais, participando estrategicamente da organização do espaço da Rua da Lama, seja na sua disposição física ou autorizando (ou não) determinadas práticas. Ainda segundo os entrevistados, dentre esses sujeitos encontram-se, por exemplo, a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC), Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM), responsável pelo disque-silêncio – instrumento mencionado pela entrevistada B para fazer reclamações em relação à altura do som –, Central de Serviços, que cuidou, dentre outras coisas, da limpeza da avenida no dia seguinte aos eventos, Ministério Público, Secretário e Secretaria

de Cultura (SECULT), Prefeitura, Câmara de Vereadores (CMV), Assembleia Legislativa (ALES), Guarda Municipal etc. o que indica o entrecruzamento de discursos pulverizados nas zonas fronteiriças (CERTEAU, 1998), as quais não têm dono, são negociadas e estabelecidas nos pontos de encontro das diferentes narrativas sobre o espaço, traçam limites e se articulam na direção de autorizar ou não determinadas práticas.

O espaço pode assumir diferentes significados, sendo passível de formas de apropriação distintas por diferentes grupos, seja através das práticas sobre o próprio espaço e sua materialidade ou via discursos que negociam fronteiras, como sugerem Mendes e Cavedon (2015) ao demonstrarem como, por exemplo, fatores sociais, contextuais e históricos se imbricam nas diferentes narrativas e percepções sobre o espaço por parte de camelôs, poder público e comerciantes formais na cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, orientando as diferentes práticas e processos de (re)apropriação do espaço público. Segundo os autores, as fronteiras traçadas pelas disputas de poder estabelecem limites, mas também rupturas simbólicas, como no caso da Rua da Lama, onde as determinações para realização dos eventos segundo critérios da gestão pública abriu margem para tentativas de (re)apropriação por aqueles que se viram enfraquecidos na disputa, no caso, moradores e associação de moradores, o que ficou evidente na fala dos entrevistados de modo geral.

Ao longo do tempo, os eventos vinham gerando incômodo para a população local e para alguns donos de bares da região, conforme apontaram o membro da associação de moradores e as moradoras do local. Como pontuado pelo entrevistado G, o volume do som e das pessoas conversando, a dificuldade de locomoção, o uso de drogas por parte de algumas pessoas no local e o lixo gerado são pontos de atrito envolvendo a organização do evento, moradores e Associação de Moradores, e poder público. Paralelamente, as múltiplas narrativas expostas pelos diferentes sujeitos apresentam concepções distintas acerca do que representam os eventos musicais, bem como quais interesses estão em jogo e como as partes negociam os pontos de atrito, entretanto, mais do que isso, permitem captar como essa dinâmica está construindo o espaço da Rua da Lama.

Por parte da organização dos eventos, no caso o dono de um dos bares mais artistas e produtores culturais, identificamos a reivindicação da Rua da Lama enquanto um território de cultura e entretenimento, que oferece através do Som de Fogueira lazer de qualidade, além da oportunidade para novos artistas surgirem e retomarem a cena musical capixaba, marcada saudosamente na fala do entrevistado E, lembrando tempos de sucesso de bandas e artistas capixabas no cenário nacional e internacional. Por parte dos moradores e associação de moradores há um descontentamento com a situação, haja vista que, segundo os entrevistados Q e B, o evento interferia na qualidade de vida dos moradores devido ao excesso de som, produção de lixo, falta de segurança, presença de ambulantes e comércio de substâncias ilícitas. Além disso, foram trazidos fatores legais como o próprio CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) da Rua da Lama não habilitam a realização de eventos de maior porte, mas somente música ao vivo dentro do espaço dos bares. O poder público apresenta visões e posicionamentos distintos para a questão, como apontam os entrevistados G e X, e frentes diferentes se associam na direção de promover e proteger interesses diversos sob discursos e práticas mediadoras e de regulamentação.

A cultura local foi ponto comum na fala dos entrevistados, ainda que assumindo conotações distintas enquanto visam objetivos igualmente distintos. Enquanto a associação de moradores e moradores argumentam que a finalidade da Rua da Lama não é essa (realização de eventos de maior porte), reconhecendo a necessidade de mais palcos para os artistas capixabas, o dono

de bar, produtores culturais e público constroem suas narrativas sobre a Rua da Lama enquanto um antro da juventude capixaba, celeiro cultural e ponto de encontro de diversas tribos, que historicamente desempenha o papel de conectar artistas e promovê-los. O poder público apresenta aqui um caráter mais mediador, de quem reconhece e sustenta a necessidade de fortalecimento da cena cultural autoral de Vitória, e que a Rua da Lama desempenha papel importante nesse processo, sendo preciso, porém, navegar por entre as fronteiras traçadas por discursos conflitantes e negociar os limites.

Não obstante, práticas relacionadas à exibição e promoção da cultura local, dos artistas e suas músicas estiveram presentes nessa construção do espaço da Rua da Lama. Segundo os entrevistados, os eventos musicais serviram de meio para fomentar a produção cultural autoral capixaba, através dos artistas que se apresentavam e levavam músicas próprias, com características regionais, e do engajamento do público em consumir o trabalho deles, girando assim a roda da cultura. Isso fica claro na seguinte fala do entrevistado X:

É, o artista no Espírito Santo, em Vitória, ele precisa de palco, né?! Precisa apresentar sua cultura, sua música, sua letra [...] são músicas menos comerciais, menos hollywoodianas, menos do mercado, são músicas nossas [...] nenhum território da cidade é igual a Rua da Lama por conta das pessoas que frequentam, por conta daquilo que é produzido, tocado e exposto ali através da produção cultural das pessoas dali. (X)

Tais choques entre pontos de vista sobre o que representa a Rua da Lama e a “vocação” do seu espaço corroboram com o caráter político das práticas, marcante em Certeau (1998) e apropriado de forma categórica por Leite (2010), que aponta o caráter de negociação ininterrupta do organizar da cidade, seus espaços a todo momento são objeto de (re)apropriação, sujeitos costuram discursos e histórias que autorizam ou reprovam determinadas práticas em seu domínio, e sob a difusa marcação das fronteiras coexistem malhas de práticas sobrepostas que conferem à cidade seu caráter plural.

Expostas essas dinâmicas do negociar da cidade, sugerimos que com o tempo o Som de Fogueira passou a atrair holofotes e tornou-se pauta para disputa de interesses, trazendo para o debate a administração pública – o deu margem para os eventos serem usados como fator de promoção política e defesa de interesses pessoais, como afirma o entrevistado E:

Qual que é o plano de fomentação cultural desses lugares (pontos turísticos da cidade)? Quem são as pessoas que querem fazer? Entendeu? Se você antecipa, você evita ruído. Cara, o que eu percebi é que o ruído atrai politicagem [...] a gente conseguiu convencer a Prefeitura que o projeto poderia acabar porque já tava chegando no quarto ano sem apoio financeiro ou um palco bem estruturado, não faria mais sentido ficar chamando os músicos aqui porque eles já tinham levantado a cena, a gente precisava ser retribuído de alguma forma. (E)

Coadunando com o acima exposto pelo entrevistado E, o Projeto de Lei foi proposto como uma ferramenta de mediação para que os eventos continuassem acontecendo, porém dentro de limites, que operam no sentido de suprimir práticas reprovadas pela gestão higienista da cidade, como expõe o entrevistado X. Nesse sentido, o entrevistado X disse ainda que:

Então essas pessoas interpretaram um pouco mal às vezes nossa iniciativa mesmo porque tem o fator político eleitoral que vai chegando, então as pessoas tentam prejudicar a intenção do projeto que é estabelecer regras, que é estabelecer limites. Onde há regra e limite, há benefício para comunidade local, há horários de início e

término, espaços a serem interditados, proibição de carros de som, a questão dos ambulantes na organização. (X)

Olhando para o micro, no que tange as práticas do organizar da Rua da Lama, três foram identificadas como marcantes: o preparar, o controlar e o monitorar. Em consonância, esses três eixos nortearam algumas intervenções no espaço da Rua da Lama em dias de evento, como o fechamento da rua com cones, delimitando o local de ocupação pelo público, instalação do palco e equipamentos de som, disposição de viaturas da Polícia ou Guarda Municipal no local, controle de vendedores ambulantes, e até mesmo a disposição de uma arquibancada no canteiro central da avenida por parte dos organizadores do evento. Articuladas, essas práticas participaram da construção do espaço da Rua da Lama ao prepará-lo para os eventos, ao possibilitarem controle sobre as ações no local através da presença de agentes da segurança pública, e ao monitorarem possíveis excessos eventualmente cometidos, como extrapolação do horário de término estabelecido para os eventos e as reclamações relacionadas ao volume do som. A título de exemplificação, segue trecho da fala do entrevistado G:

Primeiro é um evento musical, então evento musical tem regras claras que são regras federais, nem é municipal, de permissão do som, da altura do som. Então isso precisa ser regulado o tempo todo, né?! Nós temos um horário máximo, temos também essa questão da altura, se pode ser com caixa de som amplificada, se não pode. Então tem uma série de regras que já são colocadas. Além disso, quando você faz um evento na rua, você tem que ter algumas regras, por exemplo não dá pra transitar pessoas e carros no mesmo local. (G)

Mendes e Cavedon (2015) chamam atenção para a alteridade no organizar urbano, desvelando que essas negociações sempre resultam numa ordem provisória do espaço, nos convidando sempre a pensar a quem se adequa o atual status quo. Conforme exposto anteriormente, outros sujeitos e órgãos públicos estiveram envolvidos no debate, e em determinadas situações serviram como meio para articulação de práticas que participavam da construção do espaço da Rua da Lama, o que fica elucidado na fala dos entrevistados E, G e X. Segundo o entrevistado X, o Ministério Público atuou mediando esse debate e, conseqüentemente, suas implicações práticas, enquanto a Prefeitura de Vitória organizava o espaço ao disponibilizar equipamentos e, principalmente, policiamento. Segue:

[...] até o Ministério Público também participou do debate. É, tem participado desse debate lá como mediador também [...] e com Guarda Civil ou Polícia, questão de segurança, assim, é, isso fica debaixo [...] da responsabilidade de algum desses órgãos de Prefeitura, ou assim. [...] quando a Prefeitura precisa de um reforço maior, põe a própria Polícia. Existe na Prefeitura de Vitória uma reunião chamada [...] Gabinete Integrado de Segurança [...] onde a Prefeitura reúne todas as secretarias, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Guarda Militar, em reunião com o prefeito mensalmente, e eles combinam ali essas ações, saca?! Eles combinam a estratégia de atuação. Normalmente, sempre a guarda tá ali. (X)

Em meio às disputas e negociações envolvendo o espaço da Rua da Lama, uma das práticas comuns aos moradores era a de acionar o disque-silêncio para que houvesse intervenção no local, conforme nos informaram os entrevistados G e B. Popularmente conhecido como 156, o disque-silêncio recebia as reclamações envolvendo o volume do som na Rua da Lama, uma vez que, conforme lembraram os próprios entrevistados, existe a permissão para ruído no local somente até as 22 horas. Sobre esse ponto, o entrevistado G relembra:

[...] assim, é, eu no período que eu estive lá (Secretaria de Planejamento da Cidade de Vitória) eu fazia questão de acompanhar o 156, que é um canal de manifestação, é, das pessoas em relação a essa questão do som, né?! (G)

Segundo Leite (2010) o cotidiano urbano é repleto de continuidades e descontinuidades, o que lhe garante sempre um estado efêmero, impermanente ao longo do tempo. Em consonância, o entrevistado E demonstra como a articulação dos músicos locais que conhece permitiu organizar e iniciar o evento Som de Fogueira, e contribuiu para o consequente ganho de público nas noites de terça-feira. Tal articulação, que permitiu o surgimento do Som de Fogueira, evidencia as dinâmicas de apropriação do espaço urbano que reconstróem a cidade a partir de novos usos propostos para os espaços, e também demonstra como esses processos ocorrem muitas das vezes à margem da administração pública, que foi inserida no debate já num momento posterior, onde os eventos aconteciam com vida própria. Munro e Jordan (2013) chamam atenção para aspectos sociais do espaço e para as práticas espaciais empregadas por artistas e transeuntes na construção de um festival de rua na cidade de Edinburgh, desvelando as táticas utilizadas pelos artistas para explorar as ambiguidades do espaço público e negociar seu uso. Isto posto, segundo o entrevistado E, o surgimento do Som de Fogueira foi gradativo, forjado nas próprias noites na Rua da Lama:

[...] eu comecei a chamar cada amigo meu músico [...] pra fazer um som nas terças [...] já que o bar não tinha condição de pagar [...] vamos fazer um movimento nosso, terça-feira. A gente canta nossas músicas, que a gente escreveu junto, e cada um que quiser tocar dá uma palhinha [...] acabou que como era música popular, uma galera começou a ‘vim’ e não parar hora nenhuma de tocar. Todo mundo queria tá tocando. E o Som de Fogueira ficou um ano sendo assim: o público também era quem participava do projeto. (E) O uso de determinados espaços da cidade para finalidades culturais esbarra muitas vezes com os interesses dos sujeitos de poder e da administração pública, principalmente se levada em consideração a vocação capitalista da cidade moderna, que visa sustentar uma imagem globalizada ao mesmo tempo que suprime seus detritos, como no caso da utilização de um espaço público por um grupo de dança em Belo Horizonte (Coimbra e Saraiva, 2014).

No caso da Rua da Lama, as práticas relacionadas à regulamentação dos eventos musicais foram sustentadas pelo intuito da administração pública em torná-los legais, estipular regras para realização, e promover melhorias em termos de estrutura. Salienta-se que outras vezes também participaram dessa conversa com a administração pública, reivindicando e defendendo seus interesses. Primeiramente, como o evento ocorria em espaço público, existiu o interesse dos sujeitos ligados à administração pública em torná-lo legal, à partir do seu reconhecimento como um movimento autêntico, pois assim ele seria incluído no calendário oficial de eventos da cidade de Vitória – o que facilitaria o acesso a recursos financeiros e de pessoal. Uma vez legalizados os eventos, os órgãos responsáveis conseguiriam disponibilizar equipamentos de som, estrutura física para o palco, aparato de segurança, banheiros químicos etc. com maior facilidade do que inicialmente, como aponta o entrevistado G. Através da regulação também seriam impostos limites para a realização dos eventos, tais como horário de início e término fixos, dias da semana em que poderiam ocorrer e também limites em relação à altura do som. A fim de elucidar a questão, destaca-se aqui o seguinte trecho da fala do entrevistado X sobre o Projeto de Lei:

Então o Projeto de Lei é isso. Ele tem objetivo de reconhecer e ajudar na regulamentação. Aprovado o Projeto de Lei, agora a Prefeitura vai junto com a comunidade, com os produtores culturais, com todos os atores que se envolvem com esse universo ali da rua da lama, discutir o que que é o melhor, qual melhor horário

pra começar, qual melhor horário pra terminar [...] onde não há regra, a possibilidade de paz e de diversão sadia, ela é diminuída. (X)

Salienta-se a expressão “diversão sadia” dita pelo entrevistado X, pois isso implica pensar na cidade conceito de Certeau (1998) que, partindo de uma lógica higienista, afasta outros tipos de diversão em determinados espaços – o que ganha complexidade devido a Rua da Lama se localizar numa região abastada da cidade. Partindo da fala da entrevistada B, que pontuou sobre o incômodo dos moradores com o comportamento de parte dos frequentadores do Som de Fogueira – uma parcela de pessoas mais jovem que se aglomera na calçada lateral ao bar, de frente para onde acontece o evento, que acaba gerando confusões, lixo, consumo de drogas ilícitas e outras perturbações. Nesse ponto, o entrevistado G chama atenção para os benefícios que uma regulamentação do evento pode trazer, conforme segue:

[...] eu entendo como um evento que vai pro calendário, é que ele tem alguma importância pra cidade. Ele não é importante só pra quem organiza o evento, ele é importante pra cidade. Do ponto de vista dessa construção, ele ganha uma visibilidade maior em relação ao apoio da Prefeitura, né?! [...] além disso, tem uma flexibilização em relação a decibéis. Parece que, eu acho que é 10 decibéis a mais que esse evento poderia por estar numa área aonde tem um evento próprio, né?! Da cidade. (G)

Outro aspecto fundamental presente na fala dos entrevistados foi o de resistência, pois as partes possuíam seus interesses e articularam discursos e práticas, provocando alteridade na ordem vigente, para alcançá-los seja por meio da autorização ou reprovação de determinadas práticas na Rua da Lama. O entrevistado Q, membro da Associação de Moradores de Jardim da Penha, apontou que a proibição de carros de som no local foi uma vitória da população do bairro que estava incomodada com a altura do som e com os donos dos veículos vendendo drogas. Ainda segundo o entrevistado, a Associação de Moradores tentou ser contemporânea no sentido de estar junto na construção do projeto para a Rua da Lama, e que as coisas não podiam ser impostas, elas precisavam ter sido antes debatidas com a população. A entrevistada B expôs que os moradores do seu prédio, localizado exatamente na frente de onde o palco é montado, têm o costume de fazer reclamações pelo canal do Disque-Silêncio e também diretamente com o dono do bar, mas que ela mesma não dormia em seu apartamento nas noites de evento, deslocando-se para a cidade de Serra, onde os pais residem.

Por outro lado, o entrevistado E, além de ter estado em constante diálogo com as demais partes e enfrentado as dificuldades da organização dos eventos sem maior apoio operacional, externou que seu bar já foi denunciado e ele mesmo sofreu voz de prisão em um episódio envolvendo a arquibancada que ele mesmo projetou para acomodar o público, como segue:

[...] teve o episódio da arquibancada que a Secretaria de Desenvolvimento da cidade pegou a arquibancada, os fiscais pegaram e jogaram no caminhão, eu entrei na frente do caminhão e tomei voz de prisão de policial. Os fiscais queriam me multar, e me multaram. (E)

A situação acima exposta evidencia a tensão permanente entre estratégias e táticas na construção espacial da Rua da Lama, demonstrando como o dono do bar, artistas, produtores e público se apropriaram via táticas especializadas da rua para realizar os eventos, enquanto a administração pública se valeu de sua autoridade sobre o lugar para “manter a ordem”, suprimindo os movimentos contrários. Dito isso, entretanto, o principal caminho apontado pelos diferentes praticantes para promoção da harmonia entre as partes era o diálogo, visando a manutenção da “coexistência” de todos – o que pode ser visto no trecho abaixo da fala do entrevistado X:

[...] é o morador saber que a Rua da Lama não vai acabar. E a Rua da Lama saber que os moradores não vão sair dali. Ter essa consciência, certo?! E que ninguém vai tirar ninguém dali. Então quando essa consciência, ela se consolida, resta, graças a Deus, o diálogo e as concessões. (X)

Dado o panorama apresentado, o diálogo era tido como, se não a solução, uma ferramenta importantíssima de mediação entre as partes para que chegassem num consenso – haja vista que solicitações poderiam ser atendidas, mas concessões também precisariam ter sido feitas, conforme dito pelo entrevistado X, elucidando como o negociar dos modos de fazer pode permear a construção dos espaços da cidade ao autorizar ou proibir determinadas práticas (Leite, 2017). Isto posto, os entrevistados demonstraram em suas falas a importância do diálogo para a construção de um caminho que levasse a um ponto em comum. O entrevistado Q, nesse propósito, afirmou que:

[...] que isso seja feito de forma plural por todas as mãos, porque uma vez aprovado por todas as mãos [...] são pelos segmentos de comércio que inclui o rapaz da terça-feira, pela comunidade, são pelos outros comerciantes, são pela Polícia, pela Guarda, pela Prefeitura. Sendo aprovada por várias mãos, a coisa vai dar certo. Se não, dessa forma a gente vai continuar nessa pouca evolução nesse sentido. (Q)

O entrevistado E também aponta que:

[...] eu espero ainda ano que vem reverter isso de forma mais inteligente, contando aí com mais diálogo, mas eu acho muito ocioso a rua só ter gente terça-feira [...] cada ano surge coisas mais legais pro projeto, e ideias e pessoas chegando até a mim pra criar outras coisas. (E)

Salienta-se também a relevância do diálogo na seguinte fala do entrevistado X:

Assim, a primeira coisa é o diálogo. O diálogo incansado até esgotar. Dialogar, dialogar, dialogar [...] então a gente tá percebendo que é possível coexistir, manter coexistência entre essas partes aí, e o diálogo tem que ser permanente [...] tem que tá sempre dialogando, tem que tá sempre indo lá, conversando, ouvindo. (X)

Desta maneira, os conflitos emergentes dos interesses distintos acerca dos eventos musicais e da Rua da Lama, permeados a todo momento pela variável sonora, implicaram num constante diálogo entre as partes, visando uma solução harmoniosa para a questão. A todo momento as diferentes práticas e apropriações do espaço mostram-se engendradas umas com as outras, partindo de diferentes motivações e objetivos, e influenciando nas ações dos praticantes. O negociar das práticas está presente na construção do espaço organizacional da cidade, evidenciando os múltiplos subterfúgios presentes nos discursos e narrativas que sustentam os interesses sobre a (re)organização da cidade (Leite, 2017; Oliveira, Mendes e Lopes, 2019; Oliveira e Cavedon, 2015; Correia, Colares e Saraiva, 2017; Bezerra et al., 2019; Ipiranga e Lopes, 2017; Bevilacqua et al., 2018; Ipiranga et al., 2013; Mendes e Cavedon, 2015). Assim, o caráter volátil do espaço reflete as tensões existentes nas fronteiras onde é negociado, assim habilitando ou não práticas sociais em seu domínio, abrindo caminho ao diferente, ao externo, sustentando um jogo infinito de estratégias e táticas na (re)apropriação ou estabilização dos espaços. Finalmente, o Som de Fogueira partiu da apropriação do espaço público para usos não previstos inicialmente pela administração pública, demonstrando como os usos do espaço público muitas vezes extrapola o controle da administração pública – são impossíveis de gerir – e abrem margem para processos contrários de (re)apropriação, que novamente abrem caminho

pra alteridade, sendo o espaço urbano, portanto, produção da sobreposição de diferentes malhas de práticas, narrativas, grupos, símbolos e signos.

5. Conclusão

A presente pesquisa objetivou compreender como o negociar das práticas nos bastidores de um evento musical entremeia a construção espacial e o estabelecimento de fronteiras reguladoras das práticas na cidade. Partindo do exercício de trazer à tona práticas, significados e interesses sob a superfície, mostrando dinâmicas micropolíticas que operam na negociação das práticas na construção do espaço da Rua da Lama. As práticas identificadas à luz da lente teórica – exhibir, organizar, regulamentar, resistir e mediar – evidenciam complexos engendramentos no processo de produção espacial.

O presente estudo possibilitou também evidenciar diferentes forças operando em direções distintas, mas que buscavam convergir numa mesma direção. Sujeitos do poder público e da esfera privada que atuam na direção de seus interesses influenciam diretamente na construção espacial da Rua da Lama, tanto via instrumentos legais como através de subversões da ordem preestabelecida. A pesquisa também permitiu elucidar como o som, neste caso, suscitou negociações entre as partes, com moradores e associação de moradores insatisfeitos e organizando-se para garantir seus interesses, enquanto empresário e artistas buscavam a manutenção dos eventos musicais, e, por fim, a administração pública e o Projeto de Lei buscaram protagonizar a mediação do diálogo, estabelecendo assim mecanismos regulatórios sobre o espaço da cidade.

Evidenciamos, portanto, o som, ponto principal dos eventos musicais, como detentor de papel central na negociação das práticas de produção espacial da Rua da Lama desde o surgimento do Som de Fogueira, em 2014. Isto posto, foi possível mostrar como o espaço da Rua da Lama emerge através do entrecruzamento das diferentes formas de apropriação, práticas e usos do espaço, essas que são influenciadas conforme as diferentes representações sobre a Rua da Lama que os praticantes carregam.

Finalmente, entendemos que a presente pesquisa contribuiu para o avanço do campo ao demonstrar como o aspecto não tangível do som pode influenciar as diferentes representações que o espaço pode possuir para diferentes sujeitos, e também ao mostrar como essas representações podem guiar diferentes práticas, apropriações e usos do espaço que, juntamente com a polifonia envolvida no processo organizativo urbano, atuam na construção espacial. Além disso, destacamos a contribuição para o campo dos Estudos Baseados nas Práticas ao elucidarmos também a dimensão política que organiza os espaços da cidade via discursos e narrativas, autorizando ou não determinadas práticas.

Compreendemos, ainda, que possuem potencial contributivo estudos que se proponham a explorar a negociação de práticas de produção sonora na construção do organizar espacial da cidade. Portanto, como caminhos futuros, entendemos que estudos podem ser desenvolvidos a partir da exploração do som na produção de espaços organizacionais e urbanos, bem como a dimensão política e micropolítica das práticas nessa produção (em eventos urbanos como o carnaval de rua, por exemplo) ou mesmo como a presença de ruído em determinadas regiões da cidade impactam o organizar urbano.

6. Referências

- Alvarenga, Poliana. (2019). Projeto de lei quer festas só 3 dias da semana na Rua da Lama em Vitória. Recuperado em 12, agosto, 2019, de <https://g1.globo.com/es/espirtosanto/noticia/2019/07/15/projeto-de-lei-quer-festas-so-3dias-da-semana-na-rua-da-lamaem-vitoria.ghtml>
- Angrosino, Michael. (2007). *Doing Ethnographic and Observational Research*. Londres: Sage.
- Augoyard, Jean François e Henry Torgue. (2006). *Sonic Experience*. Montreal: McGillQueen's University Press.
- Bevilacqua, Lisiane M., da Silva, Maiara M., Oliveira, Josiane S. D. e Nakata, Tales T. (2018). Percepções e usos dos espaços de Shopping Centers: um estudo na cidade de Maringá. *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, 6(3), 1-13.
- Beyes, Timon e Steyaert, Chris. (2012). Spacing organization: non-representational theory and performing organizational space. *Organization*, 19(1), 45–61.
- Bezerra, Mariana M., Lopes, Luma L. S., Silva, Joelma S. D. e Ipiranga, Ana S. R. (2019). Spatial Practices in the City: The Kidnapping of an Arts Organization. *BAR - Brazilian Administration Review*, 16(4), 1-23.
- Bild, Edda, Coler, Matt, Pfeffer, Karin e Bertolini, Luca. (2016). Considering Sound in Planning and Designing Public Spaces: A Review of Theory and Applications and a Proposed Framework for Integrating Research and Practice. *Journal of Planning Literature*, 31(4), 419–434.
- Brinkmann, Svend. (2018). The Interview. In: Denzin, Norman K., Lincoln, Yvonna S. *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (5a ed.). Londres: Sage.
- Casaleiro, Paula e Quintela, Pedro. (2008). As paisagens sonoras dos Centros Históricos de Coimbra e do Porto: um exercício de escuta. *Anais do Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Portugal, VI.
- Certeau, Michel De. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes. 11.
- Coimbra, Kary E. R. e Saraiva, Luiz Alex S. (2014). Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o Quarteirão do Soul. *Revista Economia & Gestão*, 14(37), 28.
- Correia, Gabriel F. A., Colares, André Felipe V. e Saraiva, Luiz Alex S. (2017). Onde termina o público e começa o privado? Análise da privatização da cultura na Praça da Liberdade em Belo Horizonte. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(2), 109120.
- Creswell, John. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. (4a ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Domingues, Fabiana F., Fantinel, Letícia D. e Figueiredo, Mariana D. D. (2019). Between the conceived and the lived, the practiced: the crossing of spaces at the arts and crafts fair of Namorados Square in Vitória/ES, Brazil. *Organizações & Sociedade*, 26(88), 28–49.
- Drumond, Guilherme B. e Fantinel, Letícia D. A Lama e as Lamas: significados de um espaço boêmio. *Anais do Encontro da Anpad. Belo Horizonte, MG, Brasil 2015, XXXIX*.
- Feldman, Martha S. e Orlikowski, Wanda J. (2011). Theorizing practice and practicing theory. *Organization Science*, 22(5), 1240–1253.
- Gibbs, Graham. (2009). *Análise de Dados Qualitativos*. São Paulo: Artmed Editora S. A.
- Ipiranga, Ana S. R. (2010). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-91.
- Ipiranga, A. S. R., Moreira, Michelle F. C., Lopes, Luma Louise S., Frota, Luís André A. e Coimbra, Luciana M. B. (2014). A aprendizagem social subjacente às práticas de negociação: uma abordagem das questões socioambientais em uma organização multiautores. *Revista de Administração Pública*, 48(1), 131-158.
- Ipiranga, Ana S. R. e Lopes, Luma Louise S. (2017). O organizar da estética espacial: Uma história tátil da praça dos leões. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1).

Johnson, John M. e Rowlands, Timothy. (2012). *The SAGE Handbook of Interview Research: the Complexity of the Craft*. Londres: Sage.

Kvale, Steinar. (2007). *Doing Interviews*. London: Sage

Leite, Rogério P. (2017). Razão e cidade moderna. *Revista Brasileira de Sociologia*, 5(10), 290-310.

Marra, Pedro. S. e Garcia, Luiz Henrique. (2012). Ouvir música na cidade: experiência auditiva na paisagem sonora urbana do hipercentro de Belo Horizonte. *Revista Contemporânea*, 10(2).

Medeiros, Cintia R. De O., Júnior, Valdir M. V. e Ferreira, Alessandra P. (2008). Condomínios Horizontais Fechados: segregação do espaço social. *Revista Eletrônica de Administração*, 7(1).

Mendes, Luciano e Cavedon, Neusa R. (2015). Território como ordem e caos: relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes. *Revista Base (Administração e Contabilidade)*, 12(1), 15-26.

Minayo, Maria Cecília D. S. (2007). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In Minayo, Maria Cecília D. S., Deslandes, Suely F. e Gomes, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis: Vozes.

Munro, Iain e Jordan, Silvia. (2013). ‘Living Space’ at the Edinburgh Festival Fringe: Spatial tactics and the politics of smooth space. *Human Relations*, 66(11), 1497–1525.

Nascimento, Mauro César R., Teixeira, Juliana Cristina, Oliveira, Josiane S. D. e Saraiva, Luiz Alex S. (2016). Práticas De Segregação E Resistência Nas Organizações: Uma Análise Discursiva Sobre Os “Rolezinhos” Na Cidade De Belo Horizonte (MG). *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17(1), 55–81.

Oliveira, Josiane S. D. e Cavedon, Neusa R. (2015). As tramas políticas emocionais na gênese de processos organizativos em uma organização circense. *Organizações & Sociedade*, 22(72), 61-78.

Oliveira, Josiane S. D., Mendes, Euna e Lopes, Bárbara F. (2019). Práticas de organização na (re) organização da cidade: etnografando a Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás, Goiás. *Pensamento & Realidade*, 34(1).

Permuy, Pedro. (2018). Projeto movimenta a Rua da Lama e dá espaço a artistas capixabas. Recuperado em 12, agosto, 2019, de <https://www.gazetaonline.com.br/entretenimento/cultura/2018/05/projeto-movimentaarua-da-lama-e-da-espaco-a-artistas-capixabas-1014132784.html> 10/1

Pistrick, Eckehard e Isnart, Cyril. (2013). Landscapes, soundscapes, mindscapes: introduction. *Etnográfica [Online]*, 17 (3).

Raimbault, Manon e Dubois, Danièle. (2005). Urban soundscapes: Experiences and knowledge. *Cities*, 22(5), 339–350.

Saraiva, Luiz Alex S., Carrieri, Alexandre D. P. e Soares, Ari D. S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.

Saraiva, Luiz Alex S. (2019). Os Estudos Organizacionais e as Cidades. In Saraiva, Luiz Alex S. e Enoque, Alessandro G. (Orgs.). *Cidades e Estudos Organizacionais: um debate necessário* (pp. 21-74). Ituiutaba: Barlavento.

Schafer, Raymond M. (1977). *A afinação do mundo*. São Paulo: Editora Unesp.

Silva, Sullivan. (2019). MP quer fim de festa na Rua da Lama devido a interdição de rua e barulho. Recuperado em 28, outubro, 2019, de https://www.agazeta.com.br/es/gv/mpquer-fim-de-festa-na-rua-da-lama-devido-ainterdiacao-de-rua-e-barulho1019?utm_medium=redacao&utm_source=agazeta

Simões, Vinicius (2018). Projeto de Lei (PL) nº 5023, de 2018. Fixa no calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Vitória o Evento “Na Lama” e outras providências. Recuperado a partir de <http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=184776>

Taylor, Scott e Spicer, André. (2007). Time for space: a narrative review of research on organizational spaces. *International Journal of Management Reviews*, 9(4), 325–346. 40.

Teixeira, Sonia Maria F., Subirats, Joan, Lacerda, Daniel S. e Blanco, Ismael. (2018). Políticas públicas e a cidade: produzindo espaços urbanos inclusivos. *Revista de Administração Pública*, 52(6), 1007-1014.

Viegas, Glauce C. F. S. e Saraiva, Luiz Alex S. (2015). Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 68-94.

Westerkamp, Hildegard. (1974). Soundwalking. *Sound Heritage*, 3(4), 18–27.